

PROJETO DE LEI N.º 2.389, DE 2023

(Da Sra. Renata Abreu)

Cria qualificadora no crime homicídio para a hipótese de o delito ter sido cometido contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela, e causa de aumento de pena para o crime de homicídio qualificado contra menor de 14 (quatorze) anos quando praticado nas dependências de instituição de ensino ou em veículo de transporte de condução escolar.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1745/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. RENATA ABREU)

Cria qualificadora no crime homicídio para a hipótese de o delito ter sido cometido contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela, e causa de aumento de pena para o crime de homicídio qualificado contra menor de 14 (quatorze) anos quando praticado nas dependências de instituição de ensino ou em veículo de transporte de condução escolar.

O Congresso Nacional decreta:

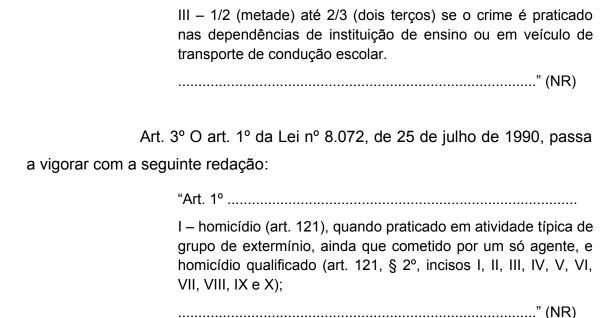
Art. 1º Esta lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar qualificadora no crime de homicídio para a hipótese de o delito ter sido cometido contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela, e causa de aumento de pena para o crime de homicídio qualificado contra menor de 14 (quatorze) anos quando praticado nas dependências de instituição de ensino ou em veículo de transporte de condução escolar.

Art. 2º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 121
§ 2°
X – contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela.
§ 2°-B.







Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

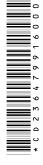
JUSTIFICAÇÃO

A escola é um ambiente onde as crianças devem se sentir seguras, protegidas e confiantes para aprender, desenvolver habilidades e construir relacionamentos. Professores, por sua vez, desempenham um papel fundamental na educação e formação desses indivíduos, sendo responsáveis por guiar, instruir e apoiar seus alunos em seu desenvolvimento.

Infelizmente, porém, temos presenciado, nos últimos anos, o aumento da violência no ambiente escolar, incluindo casos extremos de homicídios cometidos contra professores e crianças. Nos últimos dois anos, já foram cinco os ataques registrados a escolas.

Dada a gravidade desses crimes, é de suma importância que sejam tomadas medidas para aumentar a pena do crime de homicídio praticado contra professores e contra crianças no ambiente escolar. Busca-se, com isso, desestimular tais atos e promover a segurança na comunidade escolar.

Afinal, promover o incremento de pena nesses casos demonstra uma postura firme do sistema jurídico em proteger esse ambiente





de aprendizado. Essa medida visa a passar uma mensagem clara de que a violência contra esses indivíduos não será, de forma alguma, tolerada, contribuindo para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor, onde o aprendizado e a educação possam florescer.

Por esse motivo, apresentamos o presente projeto de lei, que cria uma qualificadora para o crime de homicídio praticado contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela, e insere esse crime no rol dos crimes hediondos. Além disso, estabelece nova causa de aumento de pena para o crime de homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos (recentemente incluído no Código Penal e na lei dos crimes hediondos pela Lei nº 14.344/2022) para as hipóteses em que esse delito for praticado nas dependências de instituição de ensino ou em veículo de transporte de condução escolar.

Busca-se, com isso, repita-se, conferir uma resposta mais enérgica a esses crimes repugnantes.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada RENATA ABREU

2023-3701







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI № 2.848,	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07;2848
DE 7 DE DEZEMBRO	
DE	
1940	
Art. 121	
LEI № 8.072, DE 25	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0725;8072
DE	
JULHO DE 1990	
Art. 1º	

FIM DO DOCUMENTO
